

O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA ECONOMIA BRASILEIRA

SUSTAINABLE DEVELOPMENT IN THE BRAZILIAN ECONOMY

Ed Lauriana da Silva^{*}
Maria de Fátima da Silva^{**}
Elâne Rafaella Cordeiro Nunes^{***}
Jaqueline Maria da Silva^{****}
Silvio Serafim de Oliveira^{*****}

RESUMO

O desenvolvimento Sustentável apresenta uma função social à medida que atua no meio ambiente para que os recursos naturais necessários ao bem estar da sociedade sejam preservados, e dentro dessa área procura-se enfatizar a importância desse tipo de desenvolvimento na economia brasileira, através de exemplo de uma empresa que utiliza a sustentabilidade como meio de desenvolvimento econômico. A pesquisa foi realizada através de um estudo de caso, as informações foram colhida no site da mesma, a pesquisa tem uma abordagem descritiva qualitativa, tendo como problemática: Qual a importância do desenvolvimento sustentável para a economia do Brasil? Tendo como objetivo: expor de que forma o desenvolvimento sustentável é capaz de influenciar a economia brasileira, apresentando a importância para a economia brasileira através de exemplos realizados no Brasil. Assim conclui-se que o desenvolvimento sustentável é indispensável para a economia brasileira, pois através da sustentabilidade é possível garantir a continuação do crescimento econômico sem a escassez de recursos.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável. Desenvolvimento Econômico. Meio Ambiente

ABSTRACT

Sustainable development has a social function as it operates in the environment so that natural resources necessary for the welfare of society are preserved, and within that area seeks to emphasize the importance of this type of development in the Brazilian economy through research conducted on this issue, we used the studies and work by authors who are dedicated to issues related to the environment and especially sustainable development. Was exposed the work of these authors in order to know more about it: What is the importance of sustainable development for the economy of Brazil? The methodology used was deductive exploratory, through bibliographical research. Concluding that

* Bel. Ciências Contábeis, MBA em orçamento e Gestão Financeira Unifavip-Devery. edlaurinha@hotmail.com

** Especialista em Planejamento Tributário UFPE-Universidade Federal de Pernambuco. f4tyma.adm@gmail.com

*** Doutoranda em Ciência Animal Tropical UFRPE-Universidade Federal Rural de Pernambuco. elane.rafaella@gmail.com

**** Licenciatura em Matemática UFPE-Universidade Federal de Pernambuco.

jack-silva.love@hotmail.com

***** Especialista em Extensão Rural UFAL-Universidade Federal de Alagoas. silvio.science@gmail.com

sustainable development is essential for the Brazilian economy, because through sustainability can ensure continued economic growth without scarce resources.

Keywords: Sustainable Development. Economic Development. Environment.

Introdução

O conceito de desenvolvimento sustentável segundo Kates (2001, p. 11) “é a habilidade para fazer o desenvolvimento que satisfaça as necessidades do presente sem comprometer as condições, das futuras gerações satisfaça suas próprias necessidades”. Nesta conjuntura é dever de todos, desenvolver de forma sustentável o crescimento econômico sem comprometer a biodiversidade local.

No entendimento de Brandão (1999), o conceito de sustentabilidade está ligado ao uso racional dos recursos, evitando-se desperdícios adotando-se processos de recuperação, reciclagens de materiais e o uso e desenvolvimento de novas tecnologias, procurando substitutos mais eficientes para os materiais esgotáveis e melhor aproveitamento dos insumos e o uso de novas fontes de energia e novos procedimentos que tratem os resíduos a ser descartado, como lixo biodegradável, diminuindo o impacto ambiental (OLIVEIRA, 2010).

De acordo com Santos (2008), o conceito de desenvolvimento sustentável fornece uma estrutura para a integração de políticas ambientais e estratégias de desenvolvimento. Nesse entendimento pode-se concluir que a variável econômica está sempre presente nessa interação, pois a implantação de novas leis, as denúncias e pressões de consumidores ou a própria consciência dos empresários constituem-se em fatores que forcem uma nova postura e novas regras, em especial as atividades industriais, com repercussão sobre os custos de produção (MAY PETER, 1994).

A exploração do desenvolvimento sustentável na economia consiste em mostrar que é possível conciliar desenvolvimento e preservação. Assim afirma Montibeller (2004, p. 60):

O crescimento das atividades econômicas e da população, nos níveis e padrões de consumo atuais, tende a degradar e destruir o meio ambiente e os recursos naturais, levando, no futuro, a um estrangulamento das possibilidades de desenvolvimento e a um comprometimento da qualidade de vida da população.

Nesse entendimento, pode-se concluir que faz necessário que o crescimento econômico seja pautado no controle sustentável, assim afirma Burstyn e Burstyn (2010,

p. 14) que “Além dos governantes do país os empresários também têm a consciência dos benefícios do desenvolvimento sustentável”. Pois é algo relevante não apenas para a qualidade de vida, como também para a economia, surge então o interesse das empresas em investir em projetos que apresentem essa preocupação.

Coutinho e Ferraz (1994) defendem que as empresas que tratam com descaso seus problemas ambientais tendem a incorrer em custos mais elevados, como multas, sanções legais, além da perda de competitividade de seus produtos em um mercado cujos consumidores valorizam cada vez mais a qualidade de vida e, conseqüentemente, produtos e processos produtivos em harmonia com o meio ambiente (OLIVEIRA, 2010).

Diante dos fenômenos naturais recentes como aquecimento global, racionamento de água doce, seca no sudeste, ameaça de falta de energia etc. vê-se que se chega a um ponto que desenvolvimento e preservação da natureza têm que andar juntos, caso contrário haverá um futuro de escassez de recursos e muita destruição. “Os recursos naturais são finitos e, por isso, pensar em desenvolvimento econômico sem considerar a conservação da natureza é uma ideia irracional” (BURSTYN; BURSTYN, 2010).

No entendimento de Oliveira (2010), a sustentabilidade é um desafio que se apresenta atualmente, tanto na sua conceituação, como para sua execução, a sustentabilidade é um conceito vasto e ambíguo e um fenômeno que necessita de ser estudado e aprofundado. Assim imagina-se que com o desenvolvimento sustentável o Brasil pode alcançar melhor qualidade de vida para a população e a preservação dos recursos naturais, garantindo que as gerações futuras também possam usufruir de tais recursos, e promova a integração entre meio ambiente e a economia para que cada um se desenvolva sem agredir ou prejudicar o outro.

Abramovay (2010) afirma que foi a partir de 2009 que o Brasil se engajou no comprometimento com as ações sustentáveis. O país assumiu, voluntariamente, o compromisso de reduzir suas emissões até 2020 em 1 Gt CO₂eq, relativamente ao nível que atingiria (2,7 GT CO₂eq) na ausência de qualquer esforço neste sentido. A redução no desmatamento da Amazônia a partir de 2004 é a mais importante base para o cumprimento desta orientação.

Baseado no exposto surgiu um questionamento: Qual a importância do desenvolvimento sustentável para a economia do Brasil? Para desenvolver esse trabalho fez-se necessário estabelecer objetivos, para isso foram criados os seguintes: objetivo geral: Expor de que forma o desenvolvimento sustentável é capaz de influenciar a economia brasileira. Objetivos específicos: Conceituar na literatura específica o que é

desenvolvimento sustentável. Apresentar a importância do desenvolvimento sustentável para a economia brasileira através de exemplos de desenvolvimento sustentável realizados no Brasil, que atingem o desenvolvimento econômico.

1 Procedimentos Metodológicos

Para pesquisar precisa-se de métodos e técnicas que levem criteriosamente a resolver problemas. “[...] é pertinente que a pesquisa científica esteja alicerçada pelo método, o que significa elucidar a capacidade de observar, selecionar e organizar cientificamente os caminhos que devem ser percorridos para que a investigação se concretize” (GAIO; CARVALHO; SIMÕES, 2008, p. 148).

O procedimento metodológico tem como objetivo delinear o caminho a ser percorrido pelo pesquisador na tentativa de relacionar a teoria com a vivência. A metodologia dá origem ao método, e é o método que possibilita a pesquisa. Segundo Ruiz (1996, p. 137) “método é uma palavra de origem grega e significa o conjunto de etapas e processos a serem vencidos ordenadamente na investigação dos fatos ou procura da verdade”. Assim a metodologia que norteia este estudo é a dedutiva exploratória, “A pesquisa exploratória permite buscar conhecer com maior profundidade o assunto para torná-lo mais claro ou construir questões importantes para a condição do trabalho” (GIL, 1999, p. 80).

Segundo Vergara (2007, p. 47), a pesquisa exploratória “[...] é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado sobre o assunto estudado. Assim para conseguir o objetivo proposto, optou-se pela utilização do estudo de caso descritivo como estratégia de pesquisa, cujo objetivo principal, segundo Collins e Hussey (2005), está restrito a descrever a prática corrente. Laville e Dionne (1999, p. 154) afirma que o estudo de caso “permite, inicialmente, fornecer explicações no que tange diretamente ao caso considerado e elementos que lhe marcam o contexto”.

Quanto aos meios é bibliográfica, que é caracterizada pelo uso de materiais, como livros, revistas, artigos, além de pesquisas em sites especializados (MICHEL, 2009), neste entendimento buscou-se, dessa forma, captar a real extensão dos esforços da empresa Natura S.A nas suas práticas de sustentabilidade no desenvolvimento econômico, através de pesquisa no seu próprio site. Portanto, a escolha da empresa teve como fator motivacional sua popularidade e a facilidade do contato com representantes da marca.

2 Fundamentação Teórica

2.1 Sustentabilidade

“Desde o século XIX a população vem percebendo que o planeta e a natureza vêm mudando de forma catastrófica. Porém só a partir de 1983 é que se começou a ter a preocupação de discutir esse assunto” (BURSZTYN; BURSZTYN, 2010). Com o surgimento da necessidade de se levantar a situação do meio ambiente e as mudanças climáticas tem-se o conhecimento dos problemas ambientais que se fazem presentes na atualidade.

Nessa conjuntura, a realização da Conferência Mundial sobre Meio Ambiente, a ECO 92, que ocorreu no Rio de Janeiro em 1992, surgiu o termo desenvolvimento sustentável, a partir desse termo foi criado o seguinte conceito “Desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de gerações futuras satisfazer suas próprias necessidades” (BURSZTYN; BURSZTYN, 2010).

Com isso ampliou-se ainda mais a preocupação com esse tema passando-se a ter cada vez mais encontros entre governantes, ambientalistas, empresários, cientistas e população. Para tratar desse assunto, assim surgiu a agenda 21, que foi também um dos temas da ECO 92 que tinha como maior preocupação a preservação do meio ambiente, para que as gerações futuras também possam usufruir dos recursos naturais.

Nesse entendimento o desenvolvimento sustentável não se restringe apenas a preservação dos recursos naturais, ele também está relacionado à qualidade de vida da população. Assim pode-se entender que para conseguir atingir desenvolvimento com qualidade é preciso a participação de cada membro da sociedade nesse processo. Nesse contexto encontram-se dois pontos importantes no desenvolvimento sustentável: O conceito de “necessidades”, e a noção das “limitações”. Necessidades da população no mundo, e limitações referem-se aos recursos naturais, pois eles são finitos, o que concluir que o objetivo maior do desenvolvimento sustentável é encontrar o equilíbrio e a harmonia entre humanidade e natureza (BURSZTYN; BURSZTYN, 2010).

Com o conhecimento dessa definição vê-se que o desenvolvimento sustentável é cada vez mais voltado à qualidade de vida e o bem estar da sociedade, tanto agora quanto no futuro. Nesse entendimento pode-se concluir que economia, meio ambiente e sociedade são três componentes do desenvolvimento sustentável. Assim, devem-se dividir as responsabilidades em três segmentos: governantes, setores privados e

organizações não governamentais, através dessa divisão ficam mais fácil detectar qual área é mais atuante (CARDOSO, 2008).

As etapas para o desenvolvimento sustentável no Brasil devem ser graduais e construídas passo a passo com a integração indústria, comércio e comunidade. Tanto se escuta falar em desenvolvimento sustentável e pouco é exposto dos componentes ligados ao assunto, um exemplo desses componentes foi a agenda 21 e a Rio+20.

2.2 Agenda 21

É um documento criado durante a Eco 92, ele contém objetivos traçados pelos países que participaram desse encontro, esses objetivos visam o desenvolvimento e, em especial, o desenvolvimento sustentável, ele trata do padrão de desenvolvimento desse século. A agenda 21 representa o desejo de mudanças e expõe o modelo de civilização que é preciso ter, onde predomina o equilíbrio ambiental, econômico e social (SATO; SANTOS, 2005).

A agenda 21 funciona como um planejamento que analisa a situação de: Países, Estados, Municípios ou regiões, programando um futuro de forma sustentável para esses lugares. Envolvendo todos os grupos sociais para que haja um compromisso na solução dos problemas levantados, dentro de prazos diversos, de acordo com a gravidade da situação.

A elaboração das metas ou propostas deve ser feita de forma sistêmica e integrada, englobando as dimensões econômicas, sociais e ambientais. Planejar o futuro com base na agenda 21 gerou alternativas concretas, possíveis de serem exercidas e baseadas em compromissos acordados pelos participantes, o que garante a confiança no resultado.

Os destaques na agenda 21 brasileira foram: agricultura sustentável; cidades sustentáveis; para setores como transportes, energia, comunicação, usa-se a infraestrutura com integração regional; para diminuir as diferenças sociais, busca-se a redução das desigualdades sociais; e no ramo da ciência e tecnologia, prioriza-se o desenvolvimento sustentável.

Segundo Sato e Santos (2005), construir a sustentação é um grande desafio tanto no Brasil como no mundo em decorrência das enormes desigualdades. De acordo com o documento da comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional, o desnível entre países ricos e pobres é gritante. Promover o desenvolvimento

sustentável e trabalhar com a contabilidade ambiental requer, portanto, distribuição de renda, preservação e recuperação dos recursos naturais e investimentos em programas ambientais nos diversos ramos das atividades humanas.

Segundo se extraiu da agenda 21, as organizações não governamentais (ONGS), são um dos principais autores desse novo desenvolvimento, são importantes colaboradoras junto com a atuação do Estado. De uma forma mundial as organizações não-governamentais vêm cada vez mais ocupando espaço, no que diz respeito aos movimentos sociais e ambientais, a atuação das ONGS torna-se, a cada dia, mais importante e abrangente, chegando a influenciar nas decisões governamentais em diferentes esferas.

Em relação aos Estados o desenvolvimento sustentável vem exigindo deles uma nova atuação dentro da proposta de desenvolvimento traçada para esse século, surge aí a necessidade de modernidade administrativa voltada para o sócio- ambiental, tendo que definir a função de agente público do desenvolvimento, que deve passar a ser gerente do desenvolvimento, ditando regras e fiscalizando atividades

A coletividade, ou seja, a sociedade deve participar como peça fundamental nessa nova proposta de desenvolvimento, fazendo reivindicações, fiscalizando tudo que possa causar alguma destruição ambiental, exigindo preservação, e que a lei seja cumprida, exercendo cidadania em todos os momentos para conseguir êxito nessa missão. Quanto aos empresários, eles devem, dentro da proposta de desenvolvimento, tentar alcançar lucro, porém aliado a uma boa conduta sócio ambiental.

2.3 COP 21 e RIO + 20

O passo mais recente para o desenvolvimento sustentável no mundo foi a conferência do clima da ONU COP 21 que aconteceu em dezembro de 2015 na França, reuniu cerca de 195 países que assinaram o documento que garante reduzir as emissões de carbono e conter os efeitos do aquecimento global. O ponto central do chamado Acordo de Paris, que valerá a partir de 2020, é a obrigação de participação de todas as nações, e não apenas países ricos, no combate às mudanças climáticas. O objetivo de longo prazo do acordo é manter o aquecimento global “muito abaixo de 2°C a 1,5°C”. Também define que os pontos do acordo serão revisados a cada cinco anos, para direcionar o cumprimento da meta de temperatura e da transparência às ações de cada país (ONU, 2015).

O financiamento climático, ou seja, quem irá pagar a conta das ações necessárias para o sucesso do acordo, acertou-se que países desenvolvidos irão bancar US\$ 100 bilhões por ano em medidas de combate à mudança do clima e adaptação em países em desenvolvimento. Eventuais injeções adicionais de recursos ficaram para 2025 (ONU, 2015). Já no Brasil foi a Rio+20, evento que aconteceu no Rio de Janeiro em junho de 2012, é a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. O encontro marcou os 20 anos da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento que aconteceu no Rio em 1992 (Eco-92) e os dez anos da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, que ocorreu em Johannesburgo, África do Sul, no ano de 2002.

Durante o encontro, chefes de Estado e de Governo, ativistas ambientais, cientistas e representantes de mais de 150 países trabalharam dois temas principais: “A economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza”, e a “Estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável”. Nesse entendimento a tabela 1, mostra os pontos mais discutidos na Rio + 20.

Tabela 1: Pontos mais negociados da Rio + 20

CBDR – sigla em inglês para Responsabilidades Comuns Diferenciadas, princípio que norteia as negociações de desenvolvimento sustentável.	Outra medida aprovada é o fortalecimento do Programa das Nações Unidas sobre Meio Ambiente (PNUMA) e o estabelecimento de um mecanismo jurídico dentro da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Assim estabeleceram regras para conservação e uso sustentável dos oceanos.
Oceanos – o texto adota um novo instrumento internacional sob a Convenção da ONU sobre os Direitos do Mar, para uso sustentável da biodiversidade e conservação em alto mar. Meios de Implementação – O fundo de US\$ 30 bilhões não virou realidade. “A crise influenciou a Rio+20”.	ODS – Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável não foram definidos. Inicia-se apenas um processo para rascunhar quais devem ser as metas.

Fonte: Rio + 20, 2016

De acordo com a tabela 1, o propósito da Rio+20 era formular um plano para que a humanidade se desenvolvesse de modo a garantir vida digna a todas as pessoas, administrando os recursos naturais para que as gerações futuras não fossem prejudicadas. Uma das expectativas era de que a reunião conseguisse determinar metas de desenvolvimento sustentável em diferentes áreas, mas isso não foi atingido. Também foi feito um balanço dos últimos 20 anos abordando os novos desafios emergentes e

discutiram novas formas de recuperar os estragos existente no planeta, sem deixar de progredir. Com a Rio+20 vê-se que apesar dos esforços ainda tem muito a se dedicar e avançar na conciliação entre desenvolvimento e preservação.

2.4 Importâncias do desenvolvimento sustentável para a economia brasileira.

Um dos maiores benefícios alcançados com o desenvolvimento sustentável é a preservação das fontes de recursos naturais, com esse tipo de desenvolvimento as organizações passam a buscar formas de produção ou fontes de recursos que não sejam esgotáveis e não destruam o meio ambiente ou possam causar danos irreversíveis Andrade, Tachizawa e Carvalho (2000, p. 2) afirmam que:

A preservação do meio ambiente nos dias de hoje é considerada uma das prioridades de qualquer organização, segundo a Carta Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável. Esse documento, preparado por uma comissão de representantes de empresas, foi desenvolvido no âmbito da Câmara de Comércio Internacional (1991), entidade está instituída com o objetivo de ajudar organizações em todo o mundo a melhorar os resultados das suas ações sobre o ambiente.

Muitas empresas brasileiras apresentam a consciência de que são as maiores causadoras dos problemas ambientais existentes, isso devido ao sistema de produção predador praticado ao longo do tempo por esses agentes de produção, por isso, o desenvolvimento sustentável, passou a ter cada vez mais importância para o modelo de desenvolvimento que o setor econômico deve assumir, pois através da sustentabilidade, é possível conciliar desenvolvimento e preservação ambiental.

Andrade, Tachizawa e Carvalho (2000) mostram que a comissão mundial do meio ambiente e desenvolvimento, no seu relatório que tem o título de “Nosso Futuro Comum”, reforça a importância de proteção do ambiente no processo de desenvolvimento, utilizando para isso o desenvolvimento sustentável. Com essa nova consciência ambiental de desenvolvimento e preservação, o meio ambiente passou a ser um dos princípios fundamentais do homem moderno. A partir disso a fumaça passou a ser vista como anomalia e não mais como uma vantagem.

Com essas informações, as organizações têm noção de que é preciso manter o equilíbrio, ou seja, o desenvolvimento tem que continuar, até mesmo para garantir a vida em sociedade das pessoas, porém essa continuação só é possível manter-se no mundo, se

conciliar-se com o meio ambiente, protegendo ou preservando, para que se possam extrair os recursos necessários ao desenvolvimento.

O Brasil já havia demonstrado preocupação com o meio ambiente porém essa preocupação entre ambiente e desenvolvimento passou a ser intensificada a partir da conferência de Estocolmo que ressaltou a vinculação entre desenvolvimento e seus efeitos sobre o meio ambiente.

Andrade, Tachizawa e Carvalho (2000) registraram que a participação do Brasil em Estocolmo levou o governo brasileiro a sentir a necessidade de institucionalizar autoridade em nível federal, passou a ter o interesse de orientar para manter a preservação ambiental do país. Com isso foram criados órgãos como a Secretária Especial do Meio Ambiente (SEMA) entre outros em vários estados brasileiros que levou ao surgimento de leis e regulamentos direcionados ao controle ambiental nos três níveis: Federal, Estadual e Municipal. Esses órgãos desempenharão importante função no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável.

Para conhecer a importância do desenvolvimento sustentável na economia é preciso analisar dois pontos importantes como: o crescimento econômico e a proteção ambiental. Andrade, Tachizawa e Carvalho (2000) falam desses dois fatores distinguindo os dois termos: crescimento e desenvolvimento, entende-se que o crescimento refere-se ao aumento do produto nacional e o desenvolvimento refere-se ao aumento da produção nacional que é distribuída social e setorialmente.

Besserman, Veiga e Abranches (2009) afirmam que a proteção ambiental deixou de ser uma função apenas administrativa para interferir na estrutura organizacional e no planejamento estratégico, sendo uma atividade importante na empresa, despertando o interesse de presidentes e diretores exigindo uma nova função administrativa para que pudesse funcionar um sistema de comunicação social moderno e consciente. A inclusão da proteção ambiental aos objetivos da empresa levou a medidas como: programas de reciclagem, poupar energia e outras atividades ecológicas (CAVALCANTI, 1995).

Pode-se considerar todos os recursos do planeta como finitos, o conceito de crescimento é limitado, dessa forma é que associa-se o crescimento a sustentabilidade, pois só assim será possível manter o crescimento em contínua evolução. Andrade, Tachizawa e Carvalho (2000) destacam essa valorização da gestão ecológica, reconhecem que a busca ilimitada pelo crescimento econômico pode levar a um desastre, pois vive-se em um planeta com recursos finitos, por isso que a sustentabilidade é um critério fundamental para todas as atividades de negócios. Nesse entendimento o administrador

deve tentar harmonizar essa preocupação. A gestão ecológica é motivada pela mudança de valores da cultura empresarial, onde existe a parceria entre crescimento econômico e sustentabilidade ecológica (COIMBRA, 2002).

Segundo Kinlaw (1997), a comunidade empresarial vem desenvolvendo várias iniciativas para atingir o desenvolvimento sustentável através de alguns elementos comuns como: igualdade; administração responsável; limites; comunidade global e natureza sistêmica. No que diz respeito a igualdade pode-se considerar que os povos da terra tenham a oportunidade de melhorar seu bem estar econômico, isso tanto agora quanto para as gerações futuras.

Para Kinlaw (1997), a preocupação com o desenvolvimento sustentável na área econômica fez com que empresários brasileiros criassem elementos para atingir a sustentabilidade na economia. Os empresários agruparam por categorias as metas ou conceitos que fazem parte desse tipo de desenvolvimento preocupando-se com o bem estar econômico das pessoas. Motibeller Filho (2001) afirma que administração responsável é o processo de desenvolvimento nos vários setores de produção. Nesse entendimento pode-se entender que o processo produtivo em geral deve ser conduzido de forma a resultar no menor prejuízo possível ao meio ambiente e aos ecossistemas.

Oliveira (2010) afirma que os limites tratam do desenvolvimento dentro das limitações dos recursos naturais e até onde é permitida a intervenção humana, ou seja, os níveis de tolerância de utilização de recursos e de ação humana mostrando que deve haver o planejamento para o uso de recursos não-renováveis e deve ser contida a eliminação de espécie decorrente da ação humana.

Comunidade global significa que os danos já causados ao meio ambiente e aos ecossistemas do planeta só podem ser reparados se houver uma mobilização global na tentativa de frear os prejuízos ambientais e assegurar um desenvolvimento com preservação para o futuro. Natureza Sistêmica é desenvolver-se procurando manter a inter-relação entre os ecossistemas naturais e as atividades desenvolvidas. Segundo Kinlaw. “A verdade que todos precisamos enfrentar é que nem a vida humana nem tudo aquilo que vive no planeta serão sustentáveis se continuarmos esbanjando descontroladamente os seus recursos” (KINLAW, 1997, p. 84).

3 Resultado

3.1 Exemplos de desenvolvimento sustentável realizado no Brasil empresa: Natura Cosmético S.A

Fundada em 1969, a Natura é uma multinacional brasileira de cosméticos e produtos de higiene e beleza. É líder no setor de venda direta no Brasil e registrou R\$ 7 bilhões de receita líquida em 2013. Possui 30 linhas de produtos, sete mil colaboradores, 1,6 milhão de consultoras e operações na Argentina, Bolívia, Chile, México, Peru, Colômbia e França. A estrutura da Natura é composta por fábricas em Cajamar (SP) e Benevides (PA), oito centros de distribuição no Brasil, além de centros de Pesquisa e Tecnologia em São Paulo (SP), Manaus (AM) e Nova Iorque (EUA). Em dezembro de 2012, a empresa adquiriu 65% da fabricante australiana de cosméticos australiana Aesop, que atua em países da Oceania, Ásia, Europa e América do Norte.

A Natura busca disseminar a cultura da responsabilidade ambiental, individual e coletiva, entre colaboradores, equipes de vendas, fornecedores, prestadores de serviços e consumidores. Capacita colaboradores para a prática da sustentabilidade nas atividades profissionais e estende esse compromisso às parcerias com fornecedores, inclusive por meio de cláusulas contratuais. Desenvolve ações de educação ambiental e treinamento sobre a prática da responsabilidade ambiental para colaboradores, estimulando o debate.

A empresa é conhecida por promover campanhas internas dirigidas aos familiares de colaboradores e à comunidade do entorno imediato da empresa; e participa e apoia projetos e programas de educação ambientais, voltados para a sociedade em geral. Em sua visão de sustentabilidade a Natura afirma: “Seremos geradores de impactos sociais, ambientais e econômicos positivos, entregando valor para todas as nossas redes de relações, em todos os negócios, marcas e geografias em que atuarmos, por meio de nossos produtos, serviços e canais de comercialização” (SITE NATURA, 2015).

A empresa é referências de vanguarda e pioneirismo em inovação a partir de tecnologias sustentáveis. Sua atuação é por meio de um modelo de produção e distribuição eco efetiva com foco no desenvolvimento local e na geração de impacto ambiental positivo na cadeia de valor. Em 2010, a Natura deu um grande passo ao intensificar seu trabalho para identificar a real dimensão dos efeitos do seu negócio no consumo dos recursos hídricos. Assim como nas emissões de gases de efeito estufa (GEE) e na geração de resíduos sólidos, o objetivo é quantificar o consumo na cadeia de valor e estruturar uma estratégia eficiente de gestão da água.

No mesmo ano, a Natura fez o primeiro cálculo da sua pegada hídrica, metodologia desenvolvida pela Water Footprint Network (WFN) que mapeia os impactos em todas as etapas do processo produtivo. O resultado evidenciou que o impacto mais significativo (45,9%) encontrava-se na fase de consumo do produto pelo consumidor. A

partir daí, o trabalho foi direcionado para encontrar uma metodologia que apontasse, com maior nível de precisão, o impacto no consumo e na geração de efluentes. “As metodologias existentes, inclusive a pegada hídrica, são baseadas em premissas internacionais, que, muitas vezes, não se aplicam ao contexto brasileiro.

Em 2013, após a avaliação de quatro metodologias foi definida a mais adequada para atingir este objetivo. A métrica considera uma análise mais completa do potencial de impacto dos produtos, avaliando os níveis de biodegradabilidade e de eco toxicidade, ou seja, os efeitos que os produtos lançados no meio ambiente podem causar aos organismos vivos. Em 2014, a Natura começou a estender esse mapeamento para todo seu portfólio, estruturando sua pegada hídrica.

A direção acredita que as “empresas existem para fazer com que a sociedade e o planeta sejam melhores e, por isso, apresentam uma nova visão de sustentabilidade para definir onde querem chegar e o impacto que busca gerar”, afirma Alessandro Carlucci, diretor-presidente da Natura. No pilar Marcas e Produtos é estimulado novos valores e comportamentos necessários à construção de um mundo mais sustentável. Como o exemplo de SOU e Ekos, linhas de produtos que são ícones importantes da história da Natura.

Assim mostram como foi possível materializar nas submarcas conceitos como consumo consciente e valorização da sociobiodiversidade brasileira. Em Rede de Relações a empresa acredita na contribuição positiva para o desenvolvimento dos públicos com os quais nos relacionamos, fomentando ações de empreendedorismo por meio de plataformas colaborativas. Já em Gestão e Organização a administração integrada do Triple Bottom Line estará ainda mais incorporada na cultura organizacional e em todos os processos, estimulando a empresa na geração de práticas empresariais de vanguarda, fonte de inspiração e referência de comportamento empresarial.

Alessandro Carlucci (2014), afirma que “está expresso nas crenças que o valor e a longevidade de uma empresa estão ligados à sua capacidade de contribuir para a evolução da sociedade e seu desenvolvimento sustentável. A empresa concentra iniciativas até 2020 em três pilares: Marcas e Produtos, Rede de Relações e Gestão e Organização como pode ser visto na tabela 2.

Tabela 2: Ambições de sustentabilidade da Natura para ser realizada até 2020

Formulação 30% dos insumos consumidos pela Natura em valor serão provenientes da região pan-amazônica.	Sociobiodiversidade Alcançar 10 mil famílias nas cadeias produtivas da Pan Movimentar R\$ 1 bilhão em volume de negócios na Amazônia.
Embalagem Utilizar, no mínimo, 75% de material reciclável na massa total das embalagens.	Água Implementar estratégia para redução e neutralização de impacto, com base na medição de pegada hídrica e considerando toda a cadeia de valor Natura.
Carbono Reduzir em 33% a emissão relativa de carbono.	Energia Implementar estratégia para aumento do consumo de energia renovável.
Comunicação, ética e transparência Institucionalizar um modelo de governança com engajamento externo, dando voz contínua aos públicos de relacionamento na evolução da gestão e estratégia. Implementar transparência radical no fornecimento de informações de produtos e da implantação e evolução da Visão de Sustentabilidade.	Comunidades Evoluir os indicadores de medição do desenvolvimento humano de comunidades e estruturar plano para melhoria significativa dessa realidade. Implementar estratégia para os territórios da sociobiodiversidade na região Pan-amazônica e nas comunidades do entorno por meio do diálogo e construção colaborativa com as populações e atores locais.

Fonte: Site da empresa Natura, 2016.

De acordo com a tabela 2, pode-se perceber que a empresa apoia a discussão e o debate público de temas relevantes para o bem comum da sociedade e seu desenvolvimento sustentável, apoiando a viabilização de soluções e alternativas nos mercados nos quais atua. Nesse contexto, percebe-se que a Natura utiliza desde 2010 ferramentas que mensuram as emissões de gases de efeito estufa e meios de redução na geração de resíduos.

Ao inserir informações sobre materiais a serem utilizados, é possível comparar o impacto de diferentes tecnologias e matérias-primas, por exemplo, contribuindo para a tomada de decisões durante o processo de elaboração dos produtos. “A gestão de resíduos sólidos é um tema complexo para todas as indústrias. Nesse sentido, o desafio futuro da empresa é, literalmente, fechar o ciclo de vida dos produtos, garantindo que os resíduos retornem à cadeia ou outra de igual ou maior valor agregado.

3.1.2 Análise

A Natura desenvolve atividades ambientais significativas, pois além de praticar o desenvolvimento sustentável na empresa, ela estimula e até cobra daqueles com os quais

ela mantém alguma ligação que também pratiquem atividades ecologicamente corretas. Como é o caso dos fornecedores, que até 2015 tiveram de garantir a rastreabilidade de 100% dos insumos produzidos pelos fabricantes diretos (último elo de fabricação) e até 2020 implementar um programa de rastreabilidade para os demais elos da cadeia.

O interesse em preservar os recursos hídricos (água doce) que são esgotáveis garante a continuidade da produção da empresa assim como o equilíbrio ambiental do ecossistema. Quanto a preocupação com os resíduos obtidos a partir da produção e consumo dos produtos produzidos pela empresa existem projetos e pesquisas para melhorar continuamente os descartes desses resíduos com o objetivo de reaproveitamento, diminuindo cada vez mais o depósito no meio ambiente.

Considerações Finais

De acordo com o tema discutido pode-se entender que é possível ser uma empresa lucrativa e sustentável ao mesmo tempo. Isso é o que faz a Natura estar entre as 10 empresas mais inovadoras e éticas do mundo, além de ser uma das mais lucrativas do Brasil em 2015. Nesse mesmo ano a Natura recebeu o certificado B Corp, o que lhe deixa entre as empresas globais que associam crescimento econômico à promoção do bem estar social e ambiental. A Natura ocupa uma posição de destaque no mercado e recebeu também o prêmio ambiental da Organização das Nações Unidas – ONU.

Assim o desenvolvimento sustentável na economia do Brasil tem evoluído juntamente com o momento econômico que foi vivenciado ao longo da história. Partindo dessa percepção é possível mencionar vários benefícios obtidos pelas empresas como: a preservação das fontes de recursos naturais, a preferência no mercado, a maior lucratividade, mais oportunidades de negócios, resultados positivos nos balanços financeiros entre outros.

Nesse entendimento a participação da sustentabilidade na estrutura organizacional e no planejamento estratégico do setor econômico é necessário para que se tenham investimentos em projetos que não agridam o meio ambiente, ampliação da consciência ecológica nas atividades econômicas tanto no setor industrial como no setor de serviços, obtendo-se a criação de novos produtos biodegradáveis, novos negócios voltados para a preservação ecológica e limpeza do meio ambiente, esses benefícios favorecem fortemente o meio ambiente e a sociedade em geral.

Portanto, foi mostrado o estudo de caso da empresa brasileira Natura, que tem como foco ações sustentáveis no processo de produção, tendo como vantagens econômicas a redução de custos e a reutilização de recursos. Nessa conjuntura, a finalidade do trabalho foi mostrar que é possível ser uma das empresas mais competitivas e lucrativas do mundo a partir de ações sócias ambientais. Assim recomenda-se novos estudos em empresas que tem a sustentabilidade como foco.

Pode-se concluir que o desenvolvimento sustentável é importante para a economia brasileira porque promove benefícios para o setor econômico, tais como: preservação do meio ambiente e equilíbrio entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental; garantia da continuação da qualidade de vida da sociedade; criação de leis e regulamentos direcionados ao controle ambiental, promovendo assim a proteção dos recursos naturais necessários ao desenvolvimento econômico.

Referências

ABRAMOVAY, R. Desenvolvimento sustentável: qual a estratégia para o Brasil? **Novos estudos - CEBRAP**, São Paulo, n. 87, p. 97-113, jul. 2010.

_____. Eficiência e contestação socioambiental no caminho do etanol brasileiro. **Política Externa**, v. 2, p. 1-14, set./nov. 2008.

ANDRADE, R. O. B. de; TACHIZAWA, T.; CARVALHO, A. B. de. **Gestão ambiental: enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável**. São Paulo: MAKRON Books, 2000.

BESSERMAN, V., S.; VEIGA, J. E. da; ABRANCHES, S. A sustentabilidade do Brasil. In: GIAMBIAGI; BARROS (Orgs.), **Brasil pós-crise: agenda para a próxima década**. Rio de Janeiro: Campus, 2009. p. 305-324.

BRANDÃO, H. P; GUIMARÃES, T. A. Gestão de competências e gestão de desempenho: tecnologias distintas ou instrumentos de um mesmo construto? **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 41, n. 1, p. 8-15, jan./mar. 2001.

BURSZTYN, M.; BURSZTYN, M. A. A. Sustentabilidade, ação pública e meio rural no Brasil: uma contribuição ao debate. **Raízes - Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, Campina Grande, v. 28-29, n. 1-2, p. 10-18, 2009/2010.

CARDOSO, F. **Do confronto à governança ambiental: uma perspectiva institucional para a moratória da soja na Amazônia**. 2008. 166 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

CARLUCCI, A. **Natura apresenta nova visão em sustentabilidade 2014**. Disponível em: <<http://www.ideiasustentavel.com.br/2014/04/natura-apresenta-nova-visao-em-sustentabilidade/>>. Acesso em: 14 fev. 2016.

CAVALCANTI, C. **Desenvolvimento e natureza**: estudo para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

COIMBRA, J. de Á. A. **O outro lado do meio ambiente**: uma incursão humanista na questão ambiental. Campinas: MILLENNIUM, 2002.

COLLINS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Ambiente brasil** – portal ambiental. Disponível em: <www.ambientebrasil.com.br>. Acesso em: 25 nov. 2015.

DESENVOLVIMENTO Sustentável. Disponível em: <http://educar.sc.usp.br/biologia/textos/m_a_txt.html>. Acesso em: 30 out. 2015.

DIREITO ao desenvolvimento sustentável homogêneo e heterogêneo. **Jus Navigandi-Doutrina**. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6558>>. Acesso em: 25 nov. 2015

GAIO, R.; CARVALHO, R. B.; SIMÕES, R. Métodos e técnicas de pesquisa: a metodologia em questão. In: GAIO, R. (org.). **Metodologia de pesquisa e produção de conhecimento**. Petropolis: Vozes, 2008.

KATES, B. R. W.; PARRIS, T. M.; LUSERAWITZ, A. A. What is sustainable development? Goals, Indicators, values, and practica. **Environment**, v. 47, p. 8-21, 2001.

KINLAW, D. C. **Empresa competitiva & ecológica**: estratégias e ferramentas para uma administração consciente responsável e lucrativa. São Paulo: MAKRON Books, 1997.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

MAY PETER, H., SERÔA, M., RONALDO (org.). **Valorando a natureza**: análise econômica para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

MICHEL, M. H. **Metodologia e pesquisa científica em ciência sociais**. 2. ed. São Paulo: Atlas 2009.

MOTIBELLER FILHO, G. **As teorias clássicas do desenvolvimento econômico examinadas sob a ótica ecológica**. O mito do desenvolvimento sustentável. Meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. Santa Catarina: Editora da UFSC, 2001.

NATURA: **Universo Natura**. Disponível em:

<<http://www.natura.net/port/universo/pman/introducao.asp>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

OLIVEIRA, D. L. Economia e sustentabilidade. **Gestão & tecnologia**, v. 3, p. 14-21, jan./fev. 2010.

RUIZ, J. A. **Metodologia científica**: guia para eficiência nos estudos. São Paulo: Atlas, 1996.

SANTOS, J. N. T. **A Leitura como instrumento de responsabilidade social**: projeto energia da leitura na Eletronorte. 2008. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Faculdade de Biblioteconomia, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

SATO, M.; SANTOS, J. E. **Agenda 21 em sinopse**. 1996. 122 p. Tese (Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 1996.

VERGARA, S. C. **Projeto e relatório de pesquisa em administração**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2007